

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/12/2021 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Carolina Mayumi Nakadomari (T)
ASSEMAE	Márcio Tonelotti (S)
Assoc. Hortifrutiflores de Jarinu	Cassiano Contesini (S)
BRK Ambiental Limeira	Daiane dos Santos Cardoso (S)
BRK Ambiental Rio Claro	Guilherme Bertagna da Silva (T)
	Crislaine Soares Teixeira (S)
	Rafaela Amanda Morasco (S)
BRK Ambiental Santa Gertrudes	Daiane dos Santos Cardoso (T)
	Guilherme Bertagna da Silva (S)
BRK Ambiental Sumaré	Crislaine Soares Teixeira (S)
CDRS	Denis Herisson da Silva (T)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
DAE Americana	João Marco Alves de Oliveira (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
	Cláudia Debroy de Campos (S)
	Felipe Augusto Gasparotto (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Larissa Moreno Prieto de Bonfim (S)
	Daniel Maeda (T)
DAEE	Cecília de Barros Aranha (T)
	Ariana Rosa Bueno Damiano (S)
	Astor Dias de Andrade (S)
Edisonda	Letícia dos Santos Daleffe (T)
FRC Ambiental	Fábio Renato de Souza Cruz (T)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Malosso (S)
P.M. de Itatiba	José Carlos Maziero (T)
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Lamarino (S)
P.M. de Louveira	Victor Marinheiro (T)
P.M. de Várzea Paulista	Claudemir Santos Gonçalves (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SABESP	Renata Harumi Muniz dos Santos (S)
SANASA	Márcio Tonelotti (S)
SANEBAVI	Camila Cristina do Nascimento (S)
SINDAREIA	Jorge Edison Di Rito (S)

Membros ausentes	
Entidade	
AEAA Atibaia e Região	

CISBRA
DAAE - Rio Claro
Dedini S/A
Destra Desenvolvimento Mineral
Geoblue
Mackenzie - Campinas
P.M. de Indaiatuba
P.M. de Jarinu
P.M. de Limeira
P.M. de Salto
Pró-Flor Atibaia
Química Amparo
Renove
SAAE Atibaia
Semear Consultoria
Sindicato Rural de Atibaia

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
CIESP - DR Campinas	
P.M. de Itupeva	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruno Aranda
	Marcos Eduardo Cazonatto
DAEV	Pedro Camellini Borsato
BRK Ambiental – Rio Claro	Fábio Onjua

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 10 de dezembro de 2021. **2. Abertura da 93ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças.** A abertura da reunião foi realizada pelo Sra. Cecília de Barros Aranha, coordenadora da CT-OL, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes sobre as orientações gerais para participação no que se refere aos “informes” dos membros da CTOL, que deverão solicitar autorização no chat durante o espaço da reunião destinado à apresentação destes, escrevendo seu nome e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/12/2021 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

entidade, seguidos do termo “INFORME”. Foi lido aos presentes a pauta da reunião e informado sobre a existência de quórum qualificado para o início da reunião. **3. Informes. 3.1. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** Os informes foram transmitidos pelo Sr. Marcos Eduardo Cazzonato, Assessor Técnico na Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ. **a) Plano de Capacitação dos Membros dos Comitês PCJ.** Foi informado sobre a necessidade de participação dos membros das Câmaras Técnicas a se capacitarem-se por meio de cursos, pois se trata de uma demanda oriunda dos PROCOMITÊS e da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros FEHIDRO. Os cursos podem ser gratuitos, de curta duração e ser realizados à distância, como os cursos disponibilizados no portal da Agência Nacional de Águas – ANA, podendo ser acessados por meio do [link](#). Ressalta-se a importância do envio do certificado do curso realizado para o e-mail da Secretaria Executiva – se.pcj@comites.baciaspcj.org.br para comprovação do curso realizado. Informou também em relação aos cursos oferecidos pelo Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – SigRH, podendo ser acessado por meio do [link](#) a disponibilidade dos cursos abertos. **b) Próximas Reuniões dos Comitês PCJ:** Em seguida, foram informadas as próximas reuniões agendadas da CT-PL e Plenárias dos Comitês PCJ, as quais a participação dos membros desta CT não é obrigatória, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 84ª Reunião Ordinária da CT-PL no dia 04/03/2022 as 09:00hs, com transmissão pelo Youtube a ser disponibilizado na agenda do site dos Comitês PCJ. **c) Alteração dos Representantes dos membros da CT-OL. ASSEMAE:** Sra. Tarciani Benedita dos Santos, como titular e suplentes, Sra. Myrian Costa, Sr. Renato Galofaro e Marcio Tonelotti. **SANASA:** Sr. Márcio Tonelotti, titular e suplentes a Sra. Myrian Costa e o Sr. Renato Galofaro. **BRK Santa Gertrudes:** Sra. Daiane dos Santos Cardoso, titular, suplente o Sr. Guilherme Bertagna da Silva. **BRK Rio Claro.** Sr. Guilherme Bertagna da Silva, titular e como representantes

suplentes a Sra. Crislaine Soares Teixeira e a Sra. Rafaela Amanda Morasco. **3.2. Informes da Coordenação da CT-OL. 3.2.1. Modalidades de Outorga no Ano de 2021 nas Bacias PCJ. a)** A Sra. Cecília de Barros Aranha informou que o tema a ser apresentado aborda algumas modalidades de outorga referente ao ano de 2021 nas Bacias PCJ, com dados coletados na data de 15/12/2021. Informou que os usos e interferências publicados, podem ser classificados em quatro seguimentos, sendo: urbano, rural, irrigação e indústria. Esclareceu que as principais finalidades de usos para o seguimento industrial é o combate a incêndio, refrigeração, sanitário e processo fabril. Para o uso urbano as finalidades podem ser para uso doméstico residencial urbano, abastecimento de rede pública, abastecimento de rede privada, efluente de rede pública e/ou privada, solução alternativa coletivo tipo II (transporte de água), solução alternativa coletivo tipo I (condomínios e poços comunitários) e sanitário. Para o seguimento irrigação, há duas finalidades de uso principal, sendo a irrigação unifamiliar (pequenos irrigantes) e irrigação e para o usuário rural as finalidades são destinadas ao uso na aquicultura, doméstico residencial rural, uso rural na dessedentação de animais e sanitário. **b)** Informou que na modalidade de outorga para ampliação de vazão, foram apresentados 162 requerimentos abrangendo os seguimentos industrial, urbano, irrigação e rural, ocorrendo o deferimento de 143 solicitações, sendo possível observar a partir das solicitações deferidas que 49% das solicitações de aumento de vazão foram para o seguimento urbano, 46,10% para o seguimento industrial, 3,50% para o seguimento rural e 1,40% para o seguimento de irrigação e que para o mesmo período ocorreram 8 solicitações para redução de vazão, com o deferimento de 6 solicitações, onde, 50% refere-se ao seguimento urbano, 33,34% ao seguimento irrigação e 16,66% ao seguimento industrial. **c)** Apresentou também informações referente a modalidade Declaração de Viabilidade de Implantação, esclarecendo que essa modalidade de outorga indica os empreendimentos a serem instalados na região. Para essa modalidade foram apresentados 103 solicitações, com 68 deferimentos, onde 54,41% foram no segmento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/12/2021 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

urbano, 23,53% no seguimento irrigação, 17,65% no seguimento industrial e 4,41% para o seguimento rural.

d) Para a modalidade dispensa de outorga, de acordo com a Portaria DAEE nº 1631, de 30/05/17, retificada em 21/03/2018, podendo ser acessada por meio do [link](#), verificou-se um total 1.386 solicitações para a dispensa de outorga e o deferimento de 1.219 solicitações, para o seguimento industrial, urbano, irrigação e rural, sendo possível observar que 43,79% no seguimento rural, 38,64% no seguimento urbano, 10,58% no seguimento industrial e 6,80% no seguimento irrigação. **e)** Na modalidade direito de uso que caracteriza volumes superiores da dispensa de outorga, foram apresentadas 288 solicitações para o direito de uso, abrangendo os quatro seguimentos, ocorrendo o deferimento de 211 solicitações, sendo 52,11% no seguimento urbano, 31,30% no seguimento industrial, 11,85% no seguimento irrigação e 4,74% no seguimento rural. **f)** Na modalidade regularização, foram apresentadas 315 solicitações para regularização de uso, abrangendo os quatro seguimentos, ocorrendo o deferimento de 259 solicitações, sendo 37,84% no seguimento urbano, 30,88% no seguimento industrial, 15,83% no seguimento rural e 15,45% no seguimento irrigação. **g)** Na modalidade renovação, foram apresentadas 314 solicitações para renovação de uso, abrangendo os quatro seguimentos, ocorrendo o deferimento de 286 solicitações, sendo 64,34% no seguimento industrial, 24,47% no seguimento urbano, 10,14% no seguimento irrigação e 1,05% no seguimento rural. Na sequência a Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano explicou que ainda ocorre erros na solicitação de outorga orientando aos presentes que trabalham na área de licenciamento ambiental que se informem dos procedimentos por meio das instruções técnicas e também esclarecendo dúvidas por meio do e-mail: outorga.bmt@daee.sp.gov.br. **3.2.2 Reunião do Consema.** A Sra. Cecília de Barros Aranha informou em relação aos assuntos discutidos na 406ª Reunião Plenária do Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA realizada no dia 15 de dezembro de 2021, sendo: **a)** Proposta do Governo do Estado de São Paulo, para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP, coordenado pelo Sr. Gil

Kuchembuck Scatena da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA que compõe a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, apresentando as 5 (cinco) diretrizes para a Rede ZEE-SP, sendo: Diretriz 1 - Resiliência às mudanças climáticas: estado com baixa vulnerabilidade ambiental e social, atento aos processos perigosos e preparado para atuar na prevenção e resposta em situações de riscos e desastres; Diretriz 2 - Segurança hídrica: garantia de oferta de água em qualidade e quantidade com níveis aceitáveis de risco para os diferentes usos ao longo do tempo; Diretriz 3 - Salvaguarda da biodiversidade: proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, assegurando a sustentabilidade da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos; Diretriz 4 - Economia competitiva e sustentável: identificação das conexões positivas entre recursos ambientais e setores econômicos, de forma a consolidar, fomentar e dinamizar economias; Diretriz 5 - Redução de desigualdades regionais: melhoria do acesso a bens, serviços, programas e políticas públicas que promovam a qualidade de vida e reduzam os desequilíbrios regionais. A Sra. Cecília de Barros Aranha informou que a Diretriz 2 é de grande importância para a CT-OL e que a Rede ZEE traz vários mapas temáticos, favorecendo a tomada de decisão para políticas públicas no território, discussão de novos empreendimentos na região e a disponibilização dessas informações auxiliará na elaboração de pareceres técnicos para a região das Bacias PCJ. **b)** Informou que foi apresentado o Relatório de Qualidade ambiental 2021, podendo ser acessado por meio do [link](#) e que as características gerais da UGRHI 05 tem início da sua descrição a partir da página 21. **c)** Também foi apresentado Lista de Estudos de Avaliação de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), apresentado pela Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental – CETESB, podendo ser consultado por meio do [link](#). **4. Aprovação da Ata da 92ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças.** A Sra. Cecília de Barros Aranha abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta de ata da 91ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, realizada em

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/12/2021 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

20/08/2021, por videoconferência, sendo submetida aos presentes que a aprovaram por unanimidade. **5. "Os Impactos da Universalização do Saneamento Básico na Gestão Hídrica - Despoluição do Córrego da Servidão - Rio Claro/SP"**. O Sr. Fábio Onjua, representante da BRK Ambiental Rio Claro, explicou que a apresentação é referente ao seu artigo apresentado como forma de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós Graduação em Gerenciamento de Recursos Hídricos denominado "Os Impactos da Universalização do Saneamento Básico na Gestão Hídrica - Despoluição do Córrego da Servidão - Rio Claro/SP" onde aborda os impactos positivos do avanço do saneamento básico sobre a gestão hídrica e a despoluição do Córrego da Servidão no município de Rio Claro/SP. O seu estudo teve como objetivo de analisar os resultados do parâmetros de oxigênio dissolvido, turbidez e DQO – Demanda Química de Oxigênio, que foram coletados e analisados entre 2012 e 2018, demonstrando alterações positivas à medida em que foram implantadas a infraestrutura de coleta, afastamento e tratamento de efluentes, pondo fim ao lançamento destes no corpo hídrico. Explicou que Córrego da Servidão é um corpo hídrico presente na história do município de Rio Claro/SP, localizado sob a principal avenida da cidade e totalmente inserida dentro do município de Rio Claro/SP, muitas vezes não percebido pela população, pois está em um ambiente permeado em de grande urbanização. É um afluente do Rio Corumbataí, sua bacia hidrográfica compreende uma área aproximada de 19,7 km² e é responsável por uma parcela significativa para o abastecimento de água de Piracicaba/SP. O córrego possui histórico índices de enchentes e inundações, resultantes da impermeabilização do solo, da canalização dos canais de drenagem e do declive suavizado da região, sendo classificado pelo Decreto Estadual nº 10.755/1977 como um rio de classe 4 (CONAMA nº 357/2005), utilizado como um receptor e diluidor de esgotos municipais por muitos anos. Os resultados do estudo demonstrando uma evolução da concentração de oxigênio dissolvido, especificamente no pontos 45, 46 e 47. A DQO o dado disponibilizado pela concessionária com série histórica relevante, podendo observar a redução dos valores de mg/L entre

2014 e 2017, no ponto 47, próximo a foz do corpo hídrico, revelando os resultados positivos. Pode-se verificar a evolução dos dados de turbidez na foz do Córrego da Servidão (p47), entre os anos 2012 e 2017. No intervalo entre 2016 e 2018, é nítido o declínio da turbidez, fato associado às ações de saneamento básico com a retirada dos esgotos brutos do corpo hídrico. Os valores entre 2017 e 2018 são todos inferiores a 50 NTU. Os dados do parâmetro podem sofrer interferências em períodos de precipitação. No entanto, observa-se de modo geral a queda dos valores para este parâmetro após as conexões dos coletores de esgoto à ETE Jardim Novo, no início de 2017. Por fim, entre 2015 e 2018 foram identificadas poucos dados de baixo índice com maior estabilidade após a conexão dos coletores de esgoto junto a ETE Jardim Novo. Foi ressaltado que em meados de 2014 foram iniciadas obras para coleta e tratamento de esgoto, com a implantação de cerca de 22 km de rede coletora de esgoto e a construção de uma nova estação de tratamento de esgotos, a maior do município, com capacidade para tratamento de 272 L/s, a ETE Jardim Novo, responsável pelo tratamento de cerca de 50% de todo o esgotamento sanitário gerado na cidade. Um dos pilares do saneamento básico que impacta significativamente quanto a disponibilidade qualitativa de água, é o serviço de esgotamento sanitário, compreendido pela coleta, afastamento e tratamento dos efluentes, sejam domésticos. Por fim, o estudo demonstrou que os serviços de saneamento básico resultam na conservação e melhoria contínua da qualidade dos recursos hídricos, avaliando os dados do caso do Córrego da Servidão em Rio Claro/SP. Na sequência a Sra. Cecília de Barros Aranha perguntou a classificação do Córrego da Servidão após as ações e estudo realizado. O Sr. Fábio informou que de acordo com as análises realizadas, o Córrego da Servidão se classificaria como Classe II. A Sra. Cecília de Barros Aranha informou que esse assunto será abordado na próxima reunião, com o objetivo de atualizar a qualificação do curso d'água em questão. Na sequência a Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões sugeriu convidar a BRK Ambiental para participar do GT-Enquadramento dos Corpos D'água, para tratar do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/12/2021 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

reenquadramento do Córrego da Servidão. A Sra. Cecília de Barros Aranha concordou com o convite e propôs para que o Sr. Fábio Onjua faça uma apresentação mais detalhada para o GT-Enquadramento dos Corpos D'água, como estudo de acasos e avaliar de acordo com a legislação, trazendo essa experiência para a Bacia dos Comitês PCJ, informando também que o plano de trabalho do GT-Enquadramento prevê o estudo da legislação e levar as questões referentes ao enquadramento para as Bacias dos Comitês PCJ. **6. Aprovação de alteração na minuta da Política de Outorgas e Licenças.** Na sequência o Sr. Denis Herisson da Silva, informou que a elaboração da proposta de Política de Outorgas e Licenças dos Comitês se tornou necessária a partir da ideia de apoiar os produtores rurais no subsídio para a instalação de hidrômetros visando a regularização das captações nas Bacias dos Comitês PCJ. A minuta da política foi encaminhada para apreciação ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE e para a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, sendo revisada pelo DAEE abrangendo o conteúdo necessário ao documento. Esclareceu que como não houve uma contribuição pela CETESB e pela diminuta informação de licenças presentes na atual proposta, optou-se por alterar o escopo da política para “Política de Outorgas dos Comitês PCJ”. Informou que a proposta foca na gestão de recursos hídricos e possui 4 (quatro) programas sendo: **1) PROAGE-PCJ:** Programa para Apoio aos Órgãos Gestores nas Bacias PCJ com foco no apoio a regularização, fiscalização, monitoramento e capacitação técnica dos envolvidos, **2) PROST-PCJ:** Programa para Subsídio Técnico da Outorga nas Bacias PCJ com o objetivo de subsidiar a elaboração de estudos técnicos nas Bacias dos Comitês PCJ, **4) PROUSA-PCJ:** Programa Para Usuários Associados nas Bacias PCJ trata do incentivo à organização de usuários de recursos hídricos para obtenção de outorgas para grupos de usuários, por meio de associações ou cooperativas e o **4) PROIG-PCJ:** Programa para Interação da Gestão nas Bacias PCJ, visando a para promoção de avanços para a gestão integrada de recursos hídricos por meio do fomento e subsídio da articulação entre os órgãos

competentes e outras instituições envolvidas. Informou que a Minuta da Política de Outorgas dos Comitês PCJ passará por uma verificação pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, para verificar se a proposta atende ao Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035 e de acordo com os indicadores do PAP-PCJ 2021-2025. Na sequência a Sra. Cecília de Barros Aranha informou que a Minuta da Política de Outorgas dos Comitês PCJ foi encaminhada junto com a convocação da 93ª Reunião Ordinária da CT-OL, abrindo a palavra aos membros e posterior votação. Não havendo manifestação a proposta foi submetida aos presentes que a aprovaram por unanimidade. **7. Apresentação das atividades, agenda de reuniões, dos GTs, referente ao Plano de Trabalho da CT-OL.** A Sra. Cecília de Barros Aranha esclareceu que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021 aprovou os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2022-2023, podendo ser acessada por meio do [link](#). Informou das atividades previstas no Plano de Trabalho da CT-OL que serão executados pelo GT-Enquadramento dos Corpos D'água, sendo: **a)** Fortalecer os instrumentos de recursos hídricos com ênfase enquadramento dos corpos d'água. **b)** Divulgação das ações previstas no atendimento às metas de atualização do enquadramento em trechos do Rio Jundiá. **c)** Interação das informações sobre recursos hídricos contidas no PB-2020-2035 e de outras instituições públicas e privadas. **d)** Na Categoria C – Evento: Webinar Rio Jundiá: "Conversando sobre o Rio Jundiá, como estamos e o que podemos alcançar Juntos! (3ª Edição). Na sequência passou a palavra à Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões, coordenadora do GT-Enquadramento dos Corpos D'água, que propôs agendar reuniões periódicas para cumprir as atividades programadas para o GT, sugerindo reunir-se mensalmente nas segundas segundas-feiras no período da tarde, sendo que as datas seriam verificadas e futuramente agendadas. Inicialmente foram levantadas as seguintes datas: 10/01/22, 07/02/22, 07/03/22, 04/04/22, 09/05/22, 06/06/22, 04/07/22, 08/08/22, 05/09/22, 10/10/22, 07/11/22, 05/12/22. Também foram convidadas as de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/12/2021 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

entidades que compõe à CT-OL a fazerem parte do grupo, devendo as entidades manifestarem-se indicando seu representante, sendo: ASSEMAE, BRK Ambiental, CISBRA, DAAE - Rio Claro, DAE Americana, DAE Jundiaí, DAE Santa Bárbara d'Oeste, DAE Valinhos, DAEE, GAEMA PCJ, P.M. de Campo Limpo Paulista, P.M. de Cordeirópolis, P.M. de Indaiatuba, P.M. de Itupeva, P.M. de Jaguariúna, P.M. de Várzea Paulista, Química Amparo, SAAE Atibaia, SABESP, SANASA, SANEBAVI, SINDAREIA e demais convidados. Em seguida a Sra. Cecília de Barros Aranha informou das atividades previstas no Plano de Trabalho da CT-OL que serão executados pelo GT-Usos da Água e Difusão de Informações em Recursos Hídricos, sendo **a)** Consolidação da Política de Outorgas e Licenças dos Comitês PCJ, Programas e Plano de Ação. **b)** Atualização, regularização das outorgas, dispensas de outorgas e licenciamento ambiental, dos usuários de recursos hídricos. **c)** Diretrizes para outorgas e licenciamento ambiental para grupos de usuários de recursos hídricos. **d)** Diretrizes para outorga e licenças considerando os eventos extremos e conflitos pelo uso da água. **e)** Uso das plataformas eletrônicas de outorgas, de monitoramento e de licenciamento ambiental. A Sra. Cecília de Barros Aranha, em nome do coordenador do GT-Usos da Água e Difusão de Informações em Recursos Hídricos, Denis Herisson da Silva, também propôs o agendamento de reuniões periódicas para cumprir as atividades programadas para o GT,

sugerindo reunir-se mensalmente nas segundas quintas-feiras no período da tarde. O levantamento das datas disponíveis será realizado e posteriormente repassado. Também foram convidadas as de entidades que compõe à CT-OL a fazerem parte do grupo, devendo as entidades manifestarem-se indicando seu representante, sendo: AEAA Atibaia e Região, Assoc. Hortifrutiflores de Jarinu, CDRS, DAEE, P.M. de Indaiatuba, P.M. de Jarinu, P.M. de Louveira, Pró-Flor Atibaia, Renove, SAA, Semear Consultoria, P.M. de Itatiba, Dedini S/A, Edisonda, FRC Ambiental, GAEMA PCJ, Mackenzie – Campinas, P.M. de Limeira, Sindicato Rural de Atibaia. **8. Encerramento:** Foi passada a palavra aos presentes e não havendo manifestação, foi dada por encerrada a reunião.

Cecília de Barros Aranha
Coordenadora da CT-OL

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora-adjunta da CT-OL